

A eurodeputada defende o endurecimento das sanções da UE contra a Rússia Kiev, Ucrânia, Europa

Ana Gomes

Passaram já quase quatro meses desde que o Governo de Yanukovitch foi forçado a retirar-se do poder em Kiev, faltam escassas semanas para eleições presidenciais e a Ucrânia está enredada numa espiral de separatismo violento, ataçado pela Rússia de Vladimir Putin.

Visitei Kiev duas vezes desde o início da crise. A última, no final de fevereiro, tinha Yanukovitch acabado de fugir, o governo transitório acabava de propor uma estúpida lei para desprometer o russo de língua oficial (que apesar de nunca ser assinada pelo Presidente interino serviu às maravilhas ao Kremlin para instigar o conflito). Os ucranianos que aguentaram a invernia impiedosa na Praça Euromaidan tinham esperança na democratização contra a corrupção e as Euromaidans alastravam até a cidades do Leste, surpreendendo quem veiculava a tese de Putin de que “a Ucrânia não é um país, antes criação artificial”.

Voltei convicta de que seriam cruciais as eleições de 25 de maio para uma Ucrânia com legitimidade constitucional, a necessitar de apoio europeu para construir

um Estado de direito democrático onde coubessem todas as minorias. Apesar das apreensões sobre a Crimeia, parecia possível preservar a unidade nacional. Mas, ao invés, o conflito não parou de ser insuflado, quer pela agressão territorial mascarada de “referendo” na Crimeia e a subsequente escalada provocatória por parte de Moscovo quer pela inépcia da resposta dos novos governantes de Kiev e, também — é preciso dizê-lo pelas tergiversações da UE.

Apesar de a UE estar em crise, a Euromaidan refletiu o “soft power” que continua a irradiar. Ao negociar o Acordo de Parceria com a Ucrânia, a UE não pretendia subtraí-la aos laços com a Rússia, mas assim Putin não quis entender. Importa agora que entenda que a UE jamais poderá aceitar que a Rússia mantenha sob arreata a Ucrânia contra a vontade do povo ucraniano: se o aceitasse, a UE estaria também, como Putin, a violar o direito internacional, a destruir as bases da ONU e da convivência geopolítica que resultou do colapso da URSS. E arriscaria, decerto, a implosão da própria UE.

A crise russo-ucraniana tornou-se, assim, o maior teste à política externa e à coesão da UE. Poucos acreditam que Putin desencadeie uma guerra com o Ocidente,

embora os EUA e a NATO possam achar justificação para demonstrar forças no Leste ou nos Bálticos. Mas o próprio Putin tem propalado a tese da iminência de uma guerra civil na Ucrânia — para logo de seguida dizer que a Rússia nada tem a ganhar com a instabilidade nas suas fronteiras... Instabilidade é, no mínimo, o que está a ser fomentado pelo Kremlin, no desígnio de dividir a Ucrânia e a privar de acesso ao Mar Negro, passando a dominar num corredor entre as controladas Crimeia e Transnístria (Moldávia).

Falar de Ucrânia é falar da Europa. Uma guerra civil na Ucrânia extravasará inevitavelmente: pode encerrar o mais longo capítulo de paz na história da Europa!

Além de condenar a agressão e não reconhecer a ocupação da Crimeia, a UE tem de endurecer as sanções contra os sustentáculos do poder na Rússia, mesmo com custos para interesses económicos europeus. Mas não pode, ao mesmo tempo, desistir de dialogar com Moscovo e de investir, também, numa estratégia de comunicação que desmascare a propaganda de Putin junto do povo russo e de lhe transmitir a mensagem inequívoca de que não quer a guerra.

Uma guerra no coração da Europa não pode deixar de mobilizar europeus e americanos: desenterrar fantasmas da Guerra Fria presta-se a provocar um devastador “regresso ao passado” para todos na Europa e além dela, de Lisboa a Vladivostok, passando por Kiev e Moscovo.